

JÚLIO DE VILHENA, OU O PRIMADO DO TALENTO

(Elogio académico)

Pelo Prof. Doutor FERNANDO EMYGDIO DA SILVA (1)

I

A FORMAÇÃO

A chegada a Coimbra: depois de uma infância atribulada, o encontro prodigioso com a sua geração académica. — Vilhena, condiscípulo de Junqueiro, no liceu. — Vilhena, teólogo. — Vilhena, primeiro de um curso famoso. — Vilhena e Hintze Ribeiro. — Vilhena e a marca de Coimbra. — A sua formação clássica e os seus gostos.

II

O HISTORIADOR

A obra prima dos seus verdes anos: «As raças históricas». — Rara altitude desse trabalho. — O segredo da Idade-Média: Vilhena contra Antero e Oliveira Martins. — A pretensa levedura germânica na formação do milénio: Vilhena contra Teófilo. Pergaminhos cristãos e latinos da civilização peninsular. — Regresso à história, passados cinquenta anos. — Objectividade e relevo do seu «D. Pedro V». — O vincado perfil do rei e a «irritação dos acontecimentos». — A crise que se não deu.

(1) Elogio proferido em 30 de Março de 1946, no Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa, em sessão solene comemorativa de 1.º centenário do nascimento de Júlio de Vilhena. Repetido na Casa da Imprensa e do Livro, do Porto (antiga Associação dos Jornalistas e Escritores) em 30 de Maio de 1946.

III

O JURISCONSULTO

O aparecimento do Código Civil. — Vilhena formando entre os primeiros anotadores do Código. — Horizontes largos do sociólogo e estreito contacto do jurista com os artigos da lei. — Uma obra, que foi toda escrita, e desta vez sem retorno, antes de partir de Coimbra.

IV

O HOMEM PÚBLICO

Os auspícios de uma grande carreira política.

O deputado governamental. Um apelo emocionante a Barjona e uma réplica magistral a José Luciano. Um relator... encartado. O colaborador de Casal e o opositor de Teixeira de Vasconcelos: a malícia, sal de todo o manjar académico.

O deputado da opposição. Reencontro com Hintze. Uma exaustiva guerra de guerrilhas e um grande discurso sobre instrução pública.

O ministro do Ultramar do Governo de Rodrigues Sampaio. Os «meninos de Bordalo». Hintze outra vez ao lado de Vilhena. — Vilhena, depois de Corvo, e antes da Conferência de Berlim. — Iniciativa sua que depois fez falta e o patriotismo alheio que rendeu 10 contos. — Vilhena depois de Rebelo da Silva: O organizador que deixou nome e a reforma administrativa do Ultramar. — Como acabou o paraíso fiscal no sertão.

O ministro da Justiça do governo de Fontes. Dissídios com o alto clero: o famoso nuncio Mazela, segundo Junqueiro e segundo Vilhena; o cardeal Neto e o suposto noticiário do Purgatório; um bispo com quem Vilhena não esteve em desacordo. — Seis propostas de lei de grande classe. — Vilhena, adiante do seu tempo.

Regresso à pasta do Ultramar, em plena crise do Ultimatum. — Duas movimentadas gerências de seis meses. — Uma página de história militar: a revolta do Bié. — O pesado expediente de então e o panorama do que se fez, ideou ou tentou. — Vilhena saído pela última vez do governo, aos 47 anos.

A política do engrandecimento do poder real e o afastamento de Vilhena. — A ascensão do seu émulo. — Vilhena, jornalista. — Filosofia política e governo do Banco de Portugal. — O amuo de um homem superior. — Último encontro com Hintze, contra João Franco.

Vilhena, sucessor de Hintze Ribeiro. — Miséria dos tempos novos: quando o elevaram ao primeiro lugar, já não havia lugar para ele. — O «filósofo» e o «poeta» na chefia do partido. — O homem de bem que ficou fiel a si mesmo.

O rescaldo de uma grande carreira política. — Vilhena, polemista. — O que faltou quase sempre aos discípulos de Camilo para escreverem à Princesa Ratazzi.

A formação mental de Júlio de Vilhena e a moralidade do seu caso típico.

SENHOR PRESIDENTE DA ACADEMIA,
SENHORES MINISTROS,
EMINÊNCIA,
EXCELÊNCIAS,
ILUSTRES CONFRADES,
MINHAS SENHORAS,
MEUS SENHORES :

I

QUANDO, em Outubro de 1865, com os mesmos vinte anos que são a idade de Coimbra, Júlio Marques de Vilhena, perdido na chusma dos outros novatos, atravessou pela primeira vez a Porta Férrea para enfrentar e escalar o seu destino — a Lusa Atenas vivia uma hora lendária, a maior talvez da sua longa existência. A Academia declarara guerra a todos os tiranos, os benígnos mas para ela incómodos tiranos do reinado do Senhor D. Luís. Caíra o reitor Bazílio; nascera a Sociedade do Raio; a Rolinada, a ida ao Porto, o motim da sala dos Capelos haviam sido outros tantos episódios da revolta. Mas os deuses tinham sêde. Antero sobretudo. As justas cóleras daquele semi-deus do Parnaso não bastava um velho burgo para desmantelar. Mais do que o ensino, as letras pátrias reclamavam camartelo. Chegou, por sinal, a sua vez no começo desse ano escolar. O imprudente Castilho, reinando alternadamente pelo terror e pela lisonja, julgou que podia, impunemente, do seu trono carunchoso, lançar o anátema à nascente escola coimbrã. Não foi preciso mais. E então, não ardeu Coimbra: ardeu Troia... Vilhena entrou, pois, em Coimbra quando Troia estava a arder.

Eu sei, em demasia, que, se medirmos com os olhos de agora os sucessos de há oitenta anos, muito do que então se passou, e nomeadamente o barulho que fez a queda de Castilho, para nós, que vimos cair outros impérios e outros tiranos — não falo

dos que ouviram a bomba atômica, — pode aparecer com o ar divertido de um mero caso de inflação. Tanto mais que a férula do Poeta, longe de impeditiva, seria hoje sobretudo inoperante, ou para estancar o dilúvio da produção literária, ou para ensinar português a muitos que supõem falar e escrever nessa língua. Visto assim, com efeito, tudo aquilo parece visto às avessas. Mas não seria só a chamada questão de Coimbra. Quando aferido pelo que hoje se vê, sem nos transportarmos ao seu tempo, todo o século XIX seria incompreensível. De todos os séculos talvez fosse mesmo o menos fácil de entender.

Como apreendermos, de resto, a tão grande distância, pelo simples aparato de alguns episódios mais vistosos, o que se passou de transcendente na provinciana Coimbra de 1865? Porque não foi tanto o ruir de um abalado trono e a queda do seu mal seguro ocupante. Foi o primeiro encontro com a vida de uma das maiores gerações portuguesas de todos os tempos. Irreverente? A irreverência fica bem aos vinte anos. A vida a tornará, depois, em doce ironia. Independente? Deus nos conserve sempre a espinha dorsal direita.

Excederia em muito o horário deste elogio ver em que medida os próceres dessa ínclita geração souberam ficar fiéis a si próprios. Apresso-me, contudo, a dizê-lo. Júlio de Vilhena, a quem o destino ia reservar uma grande carreira, ficou para sempre marcado pelo que na Coimbra do seu tempo ele aprendeu a acatar, a admirar e a seguir.

Daí talvez a altitude em que pairou na vida.

O historiador — guardou o culto da verdade.

O jurista — pugnou pela humanização do direito.

O humanista — soube sempre latim.

O académico — aproveitou do seu distante treino para o magistério.

O escritor — manteve a agilidade moça no seu estilo.

O ministro — beneficiou do costume de ver ao longe.

O próprio exterior do homem — entre altaneiro e vagamente preguiçoso não conservou, quer pelo aprumo, quer pelo desprendimento, a aparência coimbrã?

Só o político, porque não dizê-lo? — teve de sofrer com os males inerentes a este seu clima interior.

O meio decaíra nítidamente. E quando chamaram Vilhena ao primeiro lugar, não havia lugar para ele.

*

O homem cujo centenário hoje celebramos era indubitavelmente de um grande estofo.

Nascido em Ferreira do Alentejo, aos 4 de Agosto de 1845, a vida não se lhe apresentou de começo favorável. Aos cinco anos ficou sem mãe e aos oito morria-lhe o pai. Faltou-lhe dest'arte na tenra infância aquele carinho que é viático insuprível para viver compreensivamente depois. Certos retraímentos de Vilhena, certas crispacões, levados mais tarde à conta de insofrido orgulho — não seriam apenas laivos de uma orfanidade precoce? Tudo o mais, por infelicidade, se lhe mostrava adverso. Tutores medíocres para substituir os pais. Bens escasos. Porque além da casa onde nascera, depressa vendida, só lhe haviam ficado dois pequenos olivais. Detalhe a acrescentar: os frutos desses olivais, apanhados de pé, um a um, em anos de novidade, foram ajudando a pagar-lhe os estudos. Mas as oliveiras eram poucas — e para se doutorar não bastaram os frutos, foi preciso vender as árvores. Acabou, pois, os estudos sem nada. Não o lamentemos. Mercê de Deus, sobrava-lhe a inteligência e a coragem.

A saúde, que depois o levou até os oitenta anos, também de começo se não revelou benígna. Os pais tinham ambos morrido tuberculosos. Tudo parecia, pois, conspirar contra o pequeno Júlio. E acima do mais, um meio adverso para abrir caminho aos que são pobres: porque este caso, se as circunstâncias não mudaram, fala por si. Senão vejamos. Tudo revelava no pequeno órfão uma precocidade excepcional. Aos cinco anos, o futuro ministro de Sampaio (segundo o testemunho de um contemporâneo há pouco falecido) lia correntemente a «Revolução de Setembro». Dizia o seu primeiro mestre que em quarenta anos de ensino não havia encontrado mocinho com tamanha vontade de saber. Foi notória a sua vocação para o latim; para marcar a sua predilecção infantil, ainda existe, piedosamente guardado,

o lexicon onde escreveu pelo seu punho uma ingénua quadra popular :

*Livro meu muito amado,
Tesouro do meu saber,
Se algum dia te perder
Morrerei apaixonado.*

Pois bem. Toda esta precocidade na inteligência e na aplicação só viu obstáculos diante de si. Mais de uma vez as propinas não puderam ser pagas a horas. O liceu, que de outra forma se acabaria antes de tempo, fez-se atrabiliariamente, e com o tempo a dobrar. Aos dezóito anos, quando o mandaram de Beja para Coimbra, estava em meio da tarefa. Mas nesse ano só se matriculou em alemão. Da aventura, ficou-lhe decerto a lembrança dos condiscípulos que foi encontrar. Um deles era Guerra Junqueiro. O Conde de Valenças e o padre Chaves e Castro, ambos futuros mestres de direito, faziam parte da mesma aula: o primeiro veio a ser seu cunhado; o segundo lembrou-se de o atacar aos oitenta anos. Mas tudo isso vinha longe. De momento, havia o curso secundário por acabar. Faltavam mesmo dois anos escolares para que Vilhena encontrasse o seu decisivo trilho nos estudos. Porque em 1864, para findar o liceu, teve de frequentar um amontoado de disciplinas. E em 1865, quando entrou, como dissemos, para a Universidade, ainda não acamaradou com os juristas, mas com os teólogos. Só em Outubro de 1866, quer dizer, com vinte e um anos feitos, o segundanista de teologia se matriculou no primeiro ano de direito.

Barthou disse uma vez a Henri Robert que pensara em ser padre aos treze anos: «C'était une carrière pour laquelle vous n'aviez peut-être pas toutes les vertus». O mesmo se poderia seguramente dizer a Júlio de Vilhena como teólogo. Além da ginástica mental, não vejo o que poderia sorrir aos seus acentuados gostos profanos. Talvez procurasse, ao jeito de Camilo, uma cura para qualquer paixão infeliz. Pouco importa. Galar-doad a inteligência com dois *accessits*, e curada decerto qualquer paixoneta, se a houve, Vilhena já se não inscreveu, em 1867, no terceiro ano de teologia. E das duas faculdades,

onde, em 1866, se matriculou, uma passou a contar para ele: direito.

*

O curso, de que Júlio de Vilhena ia ser o primeiro classificado, foi um dos mais notáveis que, em todos os tempos passou pela Faculdade de Coimbra.

Vilhena fizera já, como vimos, um grande encontro nos bancos escolares: o de Junqueiro. Mas o furor dos seus dardos nunca o Poeta os reservou para a conquista dos louros académicos: qualquer a seu lado os poderia colher, em posse indisputada.

Na Faculdade, porém, seriam outros os trabalhos. O primeiro rival que se lhe deparou pouco interessa. Era um homem de Braga, tranquilo bibliotecário, protegido dos mestres. Ainda triunfou no primeiro ano, mas logo desapareceu para sempre de uma competição para ele impossível. O verdadeiro competidor de Júlio de Vilhena foi Hintze Ribeiro. O micaelense tinha então dezassete anos. Menos quatro anos naquelas idades é uma apreciável margem de desfavor. Hintze não conseguiu desta sorte, nem uma só vez, igualar-se ao seu condiscípulo. Por vezes Vilhena foi prémio. Hintze *accessit*. E quando ambos foram *prémios*, a primeira graduação pertenceu ao mais velho. Não se pense aliás que naquele curso privilegiado a disputa se circunscrevia aos dois. O terceiro classificado era de condição para pôr em risco, ao menor descuido, o primado escolar. Chamava-se Alves de Sá. O quarto posto, por sua vez, teve um ocupante de relevo: Vicente Monteiro; noutro curso teria sido primeiro entre os seus pares, como afinal o foi, longo tempo, na vida.

Se Plutarco ressuscitado se entretivesse a traçar as carreiras paralelas de Hintze Ribeiro e Júlio de Vilhena, teria de considerar com largueza a sua formação coimbrã. E facilmente concluiria que o signo de Coimbra ficou mais visível em Vilhena do que em Hintze. Hintze depressa foi o homem de um só offício: a política; Vilhena nunca deu à política as honras de se despreocupar do mais. Hintze, mais trabalhador, assimilador, nato, fez primeiro com esses dons o jurista, e pô-los depois ao

serviço exclusivo do homem de governo; Vilhena, mais mudável e mais diletante, recriado em leituras várias, ficou fiel à variedade dessas leituras. Hintze, menos doutrinário ou mais realista, não tardou em atenuar ou mesmo em substituir as ideias gratas à sua geração; Vilhena guardou o respeito por esses princípios, que tiveram sempre para ele um mínimo irredutível de validade em qualquer emergência. Hintze, senhor do mais forte poder dialéctico do seu tempo, só teve de o transferir da Sala dos Capelos para S. Bento para ficar igual a si mesmo; Vilhena, polemista aguerrido também, dispersou-se mais para discutir. Hintze deu à eloquência parlamentar um modelo que o imitou a Waldeck Rousseau, e, na defesa, que o distanciava de tudo o mais; linhas passadas por pontos previamente determinados e por onde tudo ia correndo com ordem, sobriedade e transparência; mas só o parlamento era o cenário possível desse orador. Vilhena, literato e humanista, deu outro conteúdo, outra irradiação e outra aparência aos seus discursos; várias as tribunas portanto que o deviam atrair.

Seja como fôr, Coimbra teve na vida destes dois homens, nascidos para se defrontarem, uma acção favorável. Aprenderam desde logo a conviver e a respeitar-se. Começaram por ser companheiros de casa. Anos seguidos, estudaram juntos. Juntos publicaram, reunidos num só volume, as suas dissertações de licenciatura. No frontespício de um livro, que me foi dado ver, prometeram ser amigos toda a vida.

Muita coisa conspirava desde Coimbra para minar a pureza desse affecto. As classificações universitárias que os trouxeram sempre distanciados, Vilhena adiante de Hintze. Os actos grandes que os distanciaram de novo, mas desta vez ao contrário: Hintze adiante de Vilhena. Coimbra pareceu apostada, no entanto, à despedida em não malquistar os dois homens. Numa hora de felicidade, quando irmanados pela mesma classificação, tomaram capelo no mesmo dia. Numa hora adversa, sobretudo para a Universidade, quando esta a nenhum deles soube abrir as suas portas. Se a vida, como adiante veremos, não distribuiu sempre, a um e a outro, com este sincronismo perfeito, os seus favores e desfavores; se para ascenderem os dois à chefia do partido, foi precisa a morte para restabelecer o equilíbrio que

se rompera; se de todo esse desencontro resultaram ou atritos ou retraimentos — pode dizer-se que as relações entre ambos, embora às vezes arrefecidas, foram sempre cortezes. Mais de uma vez até as benesses de um foram recebidas das mãos do outro. Em suma, se a camaradagem de Coimbra se não manteve inalterada, a sua recordação, pelo menos, não poucas vezes evitou o pior.

*

É muito difícil falar de Júlio de Vilhena. Certos acontecimentos estão ainda demasiado perto de nós. Mas sobretudo a sua personalidade, como a de alguns maiores da sua geração — além de prodigiosamente rica, é desconcertantemente vária.

Falar de Hintze Ribeiro, por exemplo, apesar do paralelismo clássico entre as duas vidas, seria uma empresa em inteiro contraste com a minha desta noite. Seria a um tempo mais difícil e mais fácil. Vilhena não teve, como Hintze, três lustros da sua vida em que, chefe de partido e chefe de governo, exerceu pleno domínio sobre a administração e sobre a política do país; de tal sorte que para dissertar sobre Hintze haveria que escrever um capítulo da história de Portugal. Mas Hintze, exclusivamente votado à sua carreira política, não conheceu a fulgurante dispersão das aptidões do seu émulo; e, neste particular, para darmos uma ideia de Vilhena, não topamos só com o homem público, porque ao mesmo nível estão, pelo menos, o historiador, o jurisconsulto e o polemista.

Porque Vilhena ficou devendo muito a Coimbra da sua formação, aí nos demorámos o bastante para vermos como deu entrada na vida. Daqui em diante impõe-se-nos uma exposição fragmentada. Só ela nos permite seguir, ou na sua dispersão, ou na sua convergência, o livre curso das suas aptidões diversas.

Considerarei, atentamente, por mais notórios, o historiador e o jurista.

Do polemista, que foi em tudo, ver-se-ão alguns reflexos ao longo do que vou dizer.

Guardo o político para o fim, por duas razões.

Em Vilhena, o doutrinário precede e alicerça o homem de Estado.

A política só no ocaso lhe preparou um supremo encontro com o destino.

II

Júlio Marques de Vilhena, historiador — começa por ser um caso estranho.

No limiar da sua carreira, em 1873, um ano depois de se doutorar em direito, publicou um livro com o título que ficou famoso: «As raças históricas na península ibérica e a sua influência no direito português».

É uma obra prima — e foi a súbita revelação de um historiador, a que nem faltou o baptismo de Herculano e a consagração votada pelo escol dessa sempre espantosa historiografia espanhola.

Mas Vilhena não apareceu só feito historiador de repente. Levou quase cinquenta anos para voltar à história, e escrever, em 1921, o seu «D. Pedro V».

No intervalo ficou toda uma outra vida.

As «Raças históricas», para delas falarmos primeiro, não conferem só o diploma de uma vocação decidida. Nesse pequeno livro de 140 páginas, tudo é grande, a começar pelo tema. Talvez para não aparentar que deitou mão ao violino de Ingres, o jurista teve o cuidado de enunciar que as influências das várias raças seriam apreciadas sob o aspecto do seu *apport* na formação do direito português. O historiador não perderia o contacto com o seu mundo mais familiar. Mas o livro transcende visivelmente do título. Porque não se trata apenas de estabelecer pacientes dosagens de factores étnicos em remotas espécies jurídicas: numa passagem fulgurante Vilhena procurou arrancar à Idade-Média o seu próprio segredo.

Quando as «Raças históricas» vieram marcar uma posição na matéria (o século XIX português oferecia destas magníficas possibilidades) Vilhena teve de atacar posições já definidas por Teófilo Braga, Antero de Quental e Oliveira Martins. O historiador socorreu-se portanto logo do polemista. Já falaremos

das divergências com Teófilo. Com Oliveira Martins e Antero o ponto de discórdia era o seguinte. Oliveira Martins, na sua «História do Socialismo», caracterizara a Idade-Média como um *retrocesso*. Antero viera corrigir esse conceito, considerando a Meia-Idade como uma simples *paragem* na marcha do tempo. Para Vilhena a Idade-Média não era nem um retrocesso, nem uma paragem: era um período de vasta e profunda elaboração. No debate verdadeiramente superior em que estes três homens se envolveram, cada um teve ensejo de definir com nitidez o seu pensar. E o mais curioso, porque todos são evolucionistas ferrenhos, partidários convictos do progresso incessante, é que nenhum renega o seu *credo*, nem o que fala em *retrocesso*, nem o que fala em *paragem*. Para o que fala em *retrocesso*, Oliveira Martins, a Idade-Média seria um desenvolvimento não em intensidade, mas em extensão, porque sem subir de nível, embora, a civilização tenderia a alastrar de local e nacional para europeia e universal. Para o que fala em *paragem*, Antero, o estacionamento medieval apenas se dera nos domínios do político e do social, em considerável avanço sobre o mundo moral, onde o caminhar era mais lento; esperar o mais adiantado pelo que se atrazara seria favorecer o progresso, porque só alinhados o promoveriam mais seguro e mais veloz; parece que em paleontologia, segundo o Poeta, sucedera o mesmo: o reino animal que progredira mais rápido, tivera de ficar esperando pelo vegetal, vários milénios, Antero não nos diz quantos, e só na secção respectiva desta Academia algum douto confrade lhe saberá talvez fazer... e até errar a conta. Vilhena, na posição que tomou não carecia de justificar a sua fidelidade à tese evolucionista, visto que a Idade-Média para ele representava uma progressão continuada. Menos cómodo seria apenas o ataque a posições defendidas por aqueles seus contraditores. O polemista reaparece, aí, a cada passo, concludente e contundente. E aquela «repetição de evoluções», como lhe chama, em supostas evoluções que param ou retrocedem, aparece nas suas mãos ou como um joguete ou como um achado.

Qual era, porém, o fundo do pensamento de Vilhena? Para Vilhena que negou, como vimos, o colapso medieval, a prodigiosa transformação que se operou na Idade-Média foi obra do

cristianismo, com a libertação do indivíduo, mas onde a disciplina da Igreja a procurou conciliar com a autoridade da lei moral: o dogma da redenção completando-se com o dogma do pecado, a ideia de liberdade com a ideia de responsabilidade; fusão transcendente e equilíbrio notável, porque estão neles o segredo da ordem nova. Para dar conta do pensamento do autor só falta acrescentar que a renovação assentara nos refeitos alicerces romanos, os únicos com fundo bastante para suportar o peso e o volume da construção.

Mas onde o debate atinge uma expressão candente e actual — é quando Vilhena discute com Teófilo. Lembremo-nos de que o livro apareceu em 1873. Nessa altura, não se implantara só o império alemão. Começara a inflação pangermanista, reivindicando universais primasias, a racial entre todas. Não sei se Vilhena pressentiu o perigo. Desagradou-lhe, pelo menos, a impertinência. Dobrado mérito. Porque o próprio romantismo ajudara a converter o mistério medievo no espaço vital das lendas germânicas. E essa ofensiva ia ganhando por toda a Europa alguns dos seus melhores espíritos. Teófilo Braga, por exemplo, entre nós, afirmara que todo o direito português era de origem germânica, não tendo os povos latinos direito sequer a essa denominação. Tudo viria dos bárbaros, até o beijo, conciliação entre o ofensor e o ofendido e importado símbolo da confraternidade germânica. Júlio de Vilhena, sem sair da sua objectividade de historiador, entreteve-se nas «Raças» a inverter os termos ao quebrado. Relidos os forais e as leis, relegou para lugar secundário o que apareceu aos mais sugestionáveis como apregoada supremacia. Os bárbaros não criaram, assimilaram, só lhes cabendo, em face do génio criador, um papel apagado. E quanto ao beijo, o extra judicial, pelo menos, deixemos em abono da inteligência, o privilégio da invenção ao Paraíso.

Do que tudo resulta.

O livro de Vilhena não se limitou a negar o colapso medieval.

Negou à fermentação do milénio a levedura germânica para lhe dar um conteúdo cristão e um cunho romanista.

Esse exclusivo cunho romanista nunca anteriormente entre nós fôra atribuído ao problema das origens.

Trata-se, pois, de um grande livro português.

Tem altura, espírito de defesa e sentido nacional.

*

O «D. Pedro V e o seu reinado» escrito quase cinquenta anos depois, em 1921, é também uma obra de envergadura. Nasceu de resto, nesta casa. A Academia coligiu, para serem publicados, os trabalhos desse rei. Vilhena entendeu fazer-lhes uma apresentação pessoal que servisse de preâmbulo à compilação académica. Longo preâmbulo, em todo o caso, porque os três volumes, incluído o suplemento, contêm mais de mil páginas. Ao que ainda veio acrescer, no ano seguinte, a publicação das «Cartas da Rainha D. Estefânia», breviário que piedosamente enfeixou e anotou.

Embora não venha de qualquer divisão assim formulada, pode dizer-se que o «D. Pedro V» consta de duas partes. Na primeira, descreve-se o acontecido, ou seja o reinado. Na segunda, foca-se o piloto que esteve sempre ao leme, ou seja o rei. E desde logo aparece que o rei é, em muito, superior ao reinado.

Quando o historiador focou a forte personalidade do soberano, viu-se diante de uma lenda. Na galeria de Aviz, aquele Bragança voluntarioso e consciencioso encontraria talvez em D. Duarte o seu modelo mais parecido. O destino breve, o amor da grei e até a morte misteriosa, trouxeram-no irmanado, na alma popular, a D. Sebastião. Para lhe ver as feições havia, pois, que dissipar as brumas do «Encoberto»: o mérito de Vilhena foi o de retocar sensivelmente, em profundidade, o retrato mais conhecido do monarca. Só houve que obater ao agiologio lusitano, como o autor graciosamente anota, um «S. Pedro V ora pro nobis». Em compensação restituiu-se-nos um Homem. D. Pedro V valia mais do que uma oleografia. O rei não é desta sorte um Arcaño, nem mesmo quando partilha por igual as misérias do povo e jàmais o igualaram na estatura. Muito menos, como a alguns se afigurou, uma espécie de me-

nino entre os doutores, quando privava com Herculano, Castilho ou Rebelo. O rei foi acima de tudo um político. Simplesmente, esse político tinha para servi-lo uma rara convergência de dons pessoais: a febre do trabalho, o amor do povo, o gosto da altitude, a honra de servir.

De todas estas virtudes Vilhena nos dá uma ideia viva. E quando se acabou de ler o livro, a figura real ficou de pé.

O drama latente do reinado vai, de resto, surgindo à medida que o historiador faz avultar os traços fisionómicos do soberano e localiza a posição relativa de cada um dos órgãos do poder.

Quanto ao monarca — o retratista dá-nos, em duas pinceladas magistrais, o seu retrato vivo. É um estranho rapaz de dezóito anos, nascido para mandar, que subiu ao trono com o sentido pleno do seu officio de rei. Abancou à mesa de trabalho para esgotar, um a um, os problemas de governo. E instalou à porta do palácio a famosa *Caixa Verde*, marco postal privativo para directamente comunicar com a grei. Ficavam firmados dest'arte, e desde o primeiro dia, os próprios fundamentos do reinado: haveria dois ministros em cada pasta, e entre o povo e o rei não haveria ninguém. D. Pedro não alhearia, de resto, nem direitos, nem encargos. Ele mesmo o diz: «Obedecer à nossa consciência expõe-nos à calúnia, mas livra-nos do remorso». A palavra tem majestade, e supponho que Marco Aurélio a não enjeitaria.

Quanto à relatividade dos planos de comando, o cenógrafo reproduz-nos o seu dispositivo flagrante: a Câmara dos Pares hereditária, em decomposição; os deputados de uma docilidade confrangedora; os tribunais corrompidos como nunca. Se o rei só tinha uma obsessão, o povo, — o povo, no alto, só via o rei.

Nesta altura do quadro, o desenhista já nos dá conta do reverso da medalha.

Só porque o rei morreu aos vinte e quatro anos, o drama do reinado não atingiu o seu desfecho natural. Não havia ministros possíveis com um soberano que queria ser ministro de todas as pastas. Era o próprio mecanismo do regime que, mais tarde ou mais cedo, seria posto em causa: rei constitucional ou rei absoluto. Não que o soberano pensasse em retirar as liber-

dades outorgadas. Ele próprio o escreveu: «O que a Coroa cedeu não reconquista; era um depósito, restituíu-o». Mas, na ideia de D. Pedro V, rei e povo faziam um.

A morte veio dar outra resposta a essa dúvida suspensa? A vida deu tempo, contudo, a que a forte personalidade do rei deixasse agrestes sinais de si. Eu sei que Vilhena, regenerador impenitente, ardia em zêlo retrospectivo para verberar quaisquer supostas ofensas feitas, alguma vez, ao partido. No seu «D. Pedro V» as espécies desse fervor abundam. Quem não sofra de susceptibilidades regeneradoras pode, pois, achar menos condenável que o rei vigiasse ou Saldanha ou Rodrigo: nomeadamente Rodrigo, correspondente assíduo, ao que parece, de cartas não assinadas na «Caixa Verde». Mas já se não compreende que fosse negada a Fontes quer a presidência do Conselho, quer o Conselho de Estado. Quando o rei preferia o cómodo Loulé ao reformador da Fazenda, em vez do bem público, demandava o poder pessoal. Interferir em tudo é perder, muitas vezes, a perspectiva para arbitrar.

Mas as verdadeiras dificuldades daqueles seis anos de reinado não chegaram a provir do excedente das qualidades do rei. Vieram da mediocridade do ambiente que distinguiu sobre tudo e todos, e que o soberano, numa carta a Casal, chamou a «irritação dos acontecimentos». Palavra benígna. Naquele vespeiro, com homens grandes à mistura, de que Vilhena, admirável paisagista político, nos reflecte o tumulto, tudo sai, com efeito, ou diminuído ou irreconhecível. Veja-se a obra de fomento, que caracteriza afinal o decénio. Se ouvirmos aqueles agitados, as estradas eram um simples escândalo: o contrato Langlois. Os caminhos de ferro, viação acelerada, davam para dois escândalos: o contrato Peto e o contrato Salamanca. Quanto ao mais, tudo ia servindo para fazer barulho. Uma página de Crainquebille: o juiz que, sem cabo de ordens, não acreditava em justiça na comarca. Uma página do Eça: um caricaturista do rei, dado como sacrílego, e acumulando o sacrilégio com as funções de amanuense do ministério da Fazenda. O triunfo do inefável: Rodrigo quase posto em cheque na câmara dos pares, por causa dos defeitos inocentes de Jesus. Uma fábula de La Fontaine: os moedeiros falsos explorados pelo seu fornecedor. A decadência feudal:

o marquês de Loulé cobrando um pequeno imposto em Setúbal. Duas comédias de Labiche: uma menina que foge com um governador civil e outra menina que abala sem interferência de qualquer autoridade administrativa. O próprio Herculano picado da tarantula desferindo feios golpes vingativos contra um desventurado secretário perpétuo desta casa. E José Luciano, com ares de falar ao Dr. Cavaleiro Ferreira, enchendo uma sessão, na Câmara, a dizer mal dos vestiários da Boa Hora de então.

Sunt lacrimæ rerum. O grande rei não poudé valer ao reinado.

Vilhena legou-nos, porém, nesse livro, que se fecha com saudade, três ofertas magnânimas.

O perfil vincado de um homem.

O friso da sua época.

E a intimidade do que não veio à rua.

III

O cultor do direito, em Vilhena, nada ficou a dever ao historiador. Se o historiador apareceu de surpresa, o jurista vem de uma formação feita no tempo próprio. Mas aqui também as contingências do destino deixaram sinal de si. Não para lhe dar outras longas férias: cargos públicos ou funções consultivas mantiveram, pela vida fora, o jurisperito em actividade seguida. Simplesmente, a sua obra jurídico-doutrinal, e desta vez sem retorno, foi toda escrita ao sair de Coimbra.

Dera-se então, em Portugal, um acontecimento transcendente. Aparecera, em 1867, o Código Civil. Vilhena, formado quatro anos mais tarde, iria, pois, firmar os seus escritos por entre a actividade febril que provocou o aparecimento do Código; quer dizer, na primeira idade da nova jurisprudência. Daí, o dobrado interesse dos seus trabalhos.

Para dar ideia do que foi esse labor, basta lembrar o seguinte. Através de três reinados, congregados os melhores, de Coelho da Rocha a Herculano, o primeiro escorço do Visconde de Seabra levava quase dezóito anos a articular: ainda se não articulava de avião. E uma vez publicado o novo Código não

abrandaram as discussões ardentes que tornaram memoráveis as actas da Comissão revisora. Pelo contrário, logo choveram pareceres, opúsculos, artigos, contraditas. Até o Arcebispo da Baía se lembrou de dizer da sua justiça. Até o Duque de Saldanha, Deus louvado, escreveu sobre o casamento civil. Mas não foi só o Duque de Saldanha que perdeu o sentido das conveniências... que aliás nunca teve. Houve outros transes de vertigem... e porventura menos inocentes. A um ano de distância, em 1868, Silva Bruschy já tinha à venda um tratado de direito civil, em vários tomos, vasado na nova lei. Era um pouco cedo. O próprio comentário de José Dias Ferreira apareceu em 1870. Acrescente-se que o autor, no intervalo, ainda teve tempo de ser duas vezes ministro: a primeira, com o bispo de Viseu, depois da Janeirinha; a segunda, com Saldanha, depois da Saldanhada. Foram três anos cheios. Mas a febre não deu só para estas pressas notórias. Duas revistas, que ainda duram e ficaram fiéis a si mesmas (uma dirigida ainda por mestres da Universidade; a outra herdada de José Luciano por Fernando Martins de Carvalho, príncipe dos nossos juristas) foram fundadas em plena batalha do Código Civil: a «Revista de Legislação e Jurisprudência», de Coimbra, e «O Direito», de Lisboa, ambas de 1868. Sucessos memoráveis! Por sinal que, cinquenta anos depois, para ilustrar o que ouvimos na aula sobre esses tempos fabulosos, ainda nos era dado ver, passando a custo nas ruas da velha Coimbra, um seu arrastado sobrevivente. Parece que o velhíssimo lente jubilado da Faculdade de Direito, desconfiado de nós, pedia a Deus que o levasse nas férias para nos não dar um feriado. Deus nos perdoe.

Vilhena, formado em 1871, veio, pois, encontrar em ebulição o nosso pequeno mundo jurídico. Compreende-se desta maneira que os seus quatro livros de direito, publicados como dissertações académicas nos dois anos tão ricos da sua vida, que se seguiram à formatura, tivessem o cunho da hora que estava vivendo: o jurista escreveu, na verdade, toda a sua obra debruçado sobre o novo Código.

Simplemente, Vilhena já tinha uma personalidade demasiado vincada para que a exegese da lei o fizesse esquecer do que no mundo do direito pertence à lavra de um mundo melhor.

Logo que a Universidade lhe não impôs a determinação de um assunto, como na dissertação de licenciatura, onde teve de versar a árida questão dos «Documentos particulares» — com a recuperada liberdade da escolha dos seus temas, houve um sopro humanitário, de visível projecção social, que lhes restituiu a marca do autor. Nos três trabalhos restantes — «As Segundas Nupcias», «Os filhos sacrílegos» e «Os alimentos e Apanágios» — através da sua tessitura, embora estritamente jurídica, já se entrevê, com efeito, um pensamento que lhes confere pergaminhos de nobresa moral comum: o propósito, sempre presente, de assegurar aos desprotegidos da sorte a protecção da lei.

Pelo que se vê, o jurista era como o historiador. Gostava de horizontes largos.

Falta só acrescentar.

O gosto da altitude que não fez mal ao historiógrafo, não lesou o jurisconsulto. Se o primeiro não perdeu o contacto com os documentos, o segundo, por mais alto que subisse, nunca perdeu de vista os artigos da lei.

Resta ver, na emergência (sendo esse gosto uma constante em Vilhena), como se comportou com o político.

IV

Júlio de Vilhena apareceu desde logo talhado para uma carreira política de relevo. Os actos grandes, seguidos a um curso excepcional, a notoriedade dos seus escritos, a notícia das suas controvérsias — davam-lhe um nome feito no limiar da vida. O casamento aproximara-o, por sinal, de uma ilustre família regeneradora — e Fontes, sempre atento ao escoar da produção coimbrã, tinha assim, na ocorrência, uma segunda via de informação. O chefe do partido, então no poder, não tardou em recrutar o seu novo adepto. Quando Vilhena se doutorou, as teses já foram dedicadas ao presidente do Conselho. Não encontrei indicação de que Fontes houvesse assistido à imposição das insígnias. Teria visto sem se aperceber, correndo os doutorais da Sala dos Capelos, um depois do outro, conformes com o protocolo, nessa tarde famosa, dois directos sucessores seus na chefia

regeneradora : Hintze e Vilhena, ou seja a própria linha do destino. Talvez, porém, a sua perspicácia desse conta de um leve incidente ocorrido, durante a cerimónia, bastante para aferir do desembaraço do seu novo correligionário. Só quando o primeiro doutorando, um teólogo, recebeu as insígnias, Vilhena viu que o agradecimento teria de ser dito em latim. Momento de pânico. Em desespero de causa, não teve outro recurso : pedir ao teólogo o papel que acabara de ler e, enquanto não chegou a sua vez, adaptar ao direito o que estava escrito para a teologia. Foi assim que, naquele latim mal alinhavado, o direito apareceu com a unção religiosa de coisa divina e o céu garantido para os seus fiéis. E quanto ao teólogo... Parece que, no auge da aflição, Vilhena lhe murmurara : Dá-me o discurso que ainda um dia te faço bispo. Quando, anos mais tarde, vagou a diocese de Goa, não sei se o ministro da justiça se lembrou do que dissera na Sala dos Capelos. Sei que recorreu ao mesmo sacerdote para preencher a vacatura. Não teve de se arrepender. O Dr. António Sebastião Valente, longos anos arcebispo de Goa, defendeu com inteligência e dignidade os direitos do Padroado.

A carreira política de Vilhena, cujo próximo despontar se podia prever no dia do seu doutoramento, começou, na verdade, pouco depois. Esperou apenas que a Universidade decidisse da sua sorte. Preterido no primeiro concurso por dois candidatos mais antigos, já não aguardou o segundo concurso para passar adiante aos mais novos. A regência episódica de duas cadeiras, assumida como doutor em breve interinidade, não bastava para dar vulto à nostalgia da cátedra. A eleição para sócio correspondente da Academia, seguida ao aparecimento das «Raças históricas», se o lisonjeou, não o prendeu. No mesmo ano de 1874 só um facto contou para ele : a sua eleição para deputado.

Dera-se a viragem decisiva no seu destino.

*

Aberta a Câmara, para que fora eleito, no começo de 1875, não sei se o discurso da coroa, lugar selecto de lugares comuns, deixou ao novo deputado aquele travo do bolor de onde setenta anos mais tarde se extraíria um medicamento célebre. Sei que

Vilhena, fiel aos usos de Coimbra, pensou logo em ascender aos primeiros postos. Nem à sua estreia retumbante faltou, como se vai ver, o laivo humanitário, sempre grato ao seu espírito; simplesmente o que se passou no palco foi menos teatral do que nos bastidores. Vilhena tinha sido nomeado relator do projecto do Código de Justiça Militar. E o projecto estabelecia que as atenuantes não poderiam ser invocadas quando se tratasse de uma pena fixa; só serviriam para jogar quando houvesse um máximo e um mínimo. Quer dizer, não se poderiam invocar atenuantes para livrar um réu da pena de morte. Essa inibição pareceu monstruosa a Vilhena. Mas o código era obra de militares. Fontes era militar. Quando o relator leu o seu parecer na comissão, o chefe do partido invocou a razão partidária, contra o rebelde. O novato, por si só não poderia resistir. Por isso correu a casa de Barjona, a convence-lo. O ministro da Justiça, quando a Comissão reuniu, de novo, à noite, pôs-se do lado do relator. Fontes, apanhado de surpresa, disse que os militares teriam de concordar com os doutores de capelo. O parecer foi aprovado. Vilhena pôde assim realizar a sua estreia e, o que foi mais, humanizar a lei. Nessa legislatura, de resto, não lhe faltaram ensaios de ir ensaiando os seus passos. Trabalhou outra vez na sombra, como relator do projecto de código administrativo, onde se sentiu à vontade para defender as liberdades municipais. Trabalhou à luz do dia, quando opôs a um repto de José Luciano uma síntese das ideias do partido; o catedrático também se não sentiu contrafeito para dar à Câmara uma lição magistral. E quando Casal se propôs reformar a Câmara dos Pares, Vilhena, pela terceira vez, relator de um grande projecto, trouxe ao seu estudo o habitual saber. Só falta juntar que Vilhena, seu consócio aliás, não queria que os sócios efectivos desta casa formassem uma categoria privativa para ascenderem ao pariato. Seja dito sem malícia que é o sal de todo o manjar académico. Teixeira de Vasconcelos, talvez por alheio ao grémio, entendeu que estava muito mal. A Academia, por modéstia, entendeu que estava muito bem.

Só chegado ao fim da legislatura, em 1878, Vilhena conseguiu o seu primeiro cargo público: o de ajudante do procurador geral da Coroa. Tinha então seis anos de formado e quatro de

S. Bento. Não há dúvida, caminhava-se mais devagar... Mas a política já o não dispensava. Reeleito deputado na legislatura seguinte, a política é que parecia já não lhe agradar inteiramente. «Achei-me a viver, diz ele, num meio que cordealmente detestava». Por demais, estava mau tempo. Os progressistas, havia muito afastados do poder, procuravam tornar a vida impossível ao governo. Veio a questão Paiva de Andrade. No dizer de Fontes, Vilhena defendeu o governo superiormente. Suponho que foi a sua estreia em assuntos do Ultramar. Mas os fados tinham decidido de outra maneira. O governo caiu. Sucedeu-lhe Braamcamp que dissolveu a Câmara. A legislatura havia durado um ano, em vez de quatro.

Na nova Câmara, eleita ainda em 1879, os regeneradores tinham passado para a oposição. Oposição bastante reduzida, porque o mais liberal dos governos, como às vezes acontece, usara da maneira forte: os votos parece que não entraram... saíram das urnas. O mais divertido foi que, passados trinta anos, o regenerador incurável ainda se mostrava agastado contra essas eleições: vejam como o partidário consegue apagar o sorriso num homem de espírito. Vilhena, reeleito deputado, deveu, contudo, muito a essa suposta deturpação da vontade nacional: a adversidade é a única grande escola política. Os novos, de resto, logo o sentiram para formar uma trindade combativa, que foi a alma da minoria: Hintze e Vilhena, de novo irmanados na conjuntura, e ambos parceiros de Lopo Vaz. Uma voz maviosa se lhes juntou aliás com frequência, Tomás Ribeiro, mas o suave autor da «Judia» nunca faria cair um governo...

Não admira assim que as sessões de 1880 e 1881 fossem especialmente trabalhosas. Para falar só de Vilhena, empenhou-se a fundo nas duas questões mais agrestes. Na do Código administrativo, desta vez para impedir que José Luciano e Navarro arrancassem o projecto à discussão. E na do tratado de Lourenço Marques, onde o partido acabou por esquecer o que devia a Andrade Corvo. Nem tudo, porém, foi negação ou obstrução. Num grande discurso sobre instrução pública, o oposicionista elaborou um verdadeiro programa de governo. Vale a pena, a mais de sessenta anos de data, medir a altura desse discurso. O universitário reclamava para a Faculdade de Direito as cadeiras de di-

reito internacional, de direito comparado e de administração colonial que levaram decênios a chegar. O latinista verberava um latinismo, produtor de advogados sem clientela, de médicos sem clínica e de literatos sem estilo. O democrata queria desaristocratizar o ensino, com bolsas de estudo bastantes. O homem culto recomendava o estudo da filosofia da arte nos liceus. O homem de gosto opunha diques à superabundância de bacharéis. O homem do seu tempo queria o ensino profissional trazido para o nível próprio e o ensino secundário tornado positivo, experimental e moderno. Creio firmemente que o seu egrégio sucessor na cadeira académica, meu fraterno amigo Caeiro da Mata, não enjeita estes propósitos no seu ministério.

*

Com a questão de Lourenço Marques, que prometia durar, caíu, em 1881, o governo Braamcamp e, com ele, a legislatura, que só durou dois anos. Fontes, sem embargo, ainda não julgou chegada a sua hora. Preferiu criar a interinidade de Rodrigues Sampaio. E para que tudo tivesse um ar de novidade, decidiu-se experimentar no governo os três novos que haviam incarnado a oposição. Lopo teve a Fazenda, Hintze, as Obras Públicas, Vilhena, a Marinha e Ultramar. Precocidade escandalosa. Hintze tinha 32 anos, Lopo 33, Vilhena 36. Volto a dizer: caminhava-se mais devagar. Poincaré, ministro também aos 32 anos, sossegava o alarme de sua mãe quanto aos riscos da pouca idade com este optimismo risonho: «Voilà un mal dont je guérirai un peu chaque jour». Como não haviam de ser discutidos os «Meninos» de Bordalo? Simplesmente, os «Meninos» de Bordalo, o que nem sempre acontece, além de homens feitos, eram homens de Estado.

Não chegou a durar oito meses o governo de Sampaio, formado em Março, caído em Novembro. Não importa. Esses oito meses escassos bastaram a Vilhena para se aquilatar dos seus dons de estadista. Só menos reconfortante o pensar que regressado duas vezes à mesma pasta... nunca logrou bater aquele record de duração.

O caso deste improvisado ministro da Marinha e Ultramar, enfileirando entre os melhores, tem sua curiosidade. Arruma-

vam-se então, com frequência, naquela pasta, os mais fáceis de arrumar de qualquer modo, pela razão talvez de que a marinha não existia e as colônias estavam longe. O próprio Vilhena mal aflorara assuntos coloniais. Mas duas coisas se não devem esquecer. A revelação do historiador já fora uma surpresa. E a pasta do Ultramar, onde se geram e gerem mundos, era de molde a aliciar os seus gostos.

O que transcende no ministério das Colônias seria sempre feito para agradar a Vilhena. Em 1881, havia mais. Estávamos nas vésperas da Conferência de Berlim. O mérito inequívoco do ministro foi o da clarividência. A sua ideia era a mesma de Andrade Corvo: só a ocupação tornaria a posse legítima. Nesse espírito, regulamentou desde logo a esquecida lei daquele seu antecessor, de subsidiar os colonos com transporte, concessão de terras e alfaías agrícolas. De sua iniciativa, criou as «estações civilizadoras», pontos nevralgicos da rede de penetração, por sua vez, sem seguimento. Socorro a viajantes, doutrinação do indígena, entrepostos comerciais, ensino técnico, difusão da língua portuguesa, esta seria a múltipla feição desses postos vigilantes. Fizeram falta na hora própria. Tanto mais que a nossa vocação colonizadora depressa lhes haveria dado vida. A tristeza de Vilhena, quando dez anos mais tarde o deplorava, podia pois juntar-se uma ponta de orgulho. Mas quê! A incompreensão fora total. Verbas orçamentais não as havia. E quando se recorreu à subscrição pública, o patriotismo rendeu dez contos.

Mas o ministro episódico de 81, milagre da inteligência, não se aparentou só com Andrade Corvo, ao acudir com uma defesa improvisada à pressentida iminência do perigo exterior. Bastaram-lhe quatro meses para reatar a própria tradição de Rebelo da Silva e gisar, com adequada visão de distância e de conjunto, a sua memorável lei de administração geral do Ultramar. Foi uma rajada de ar novo. Porque se deu fim à sobrevivência escandalosa do Código Administrativo da Metrópole de 1842, quer dizer, a um diploma de importação com quarenta anos de atraso. E porque se deu entrada pela primeira vez, nos conselhos de governo, ao elemento indígena, sem distinção de raças ou de religiões. O que sabemos do reformador não passou dest'arte, e por inteiro, à reforma?

Uma vez mais, no entanto, se devia ficar a meio do caminho. Segundo o ministro confessou mais tarde, era seu propósito promulgar, em seguida à lei geral, leis orgânicas privativas para cada colónia. Só trinta e dois anos depois, já na República, se fez essa construção em dois planos. Pormenor interessante: quando, em 1913, se levantou assim, gizada, a reorganização do Império, Ernesto de Vilhena foi, por uma colaboração oportuna, um seu qualificado obreiro. Não sei de melhor oferta da piedade filial ao orgulho paterno. Mais tarde, verdade seja, o Dr. Armindo Monteiro voltou à prática anterior. Por mim persisto em cuidar que os dois Vilhenas tinham razão.

Só falta acrescentar que o clarividente homem de Estado, antes de deixar a sua pasta, ainda encontrou maneira de marcar posição nalguns outros problemas. Em matéria religiosa, por exemplo, protegendo as missões, visivelmente interessado pelo aspecto civil da sua função educativa. Em matéria de navegação para as colónias, ao revez do seu nacionalismo de mais tarde, estabelecendo a liberdade de bandeira para a cabotagem, com o aplauso de lá e os protestos de aqui. Em matéria tributária, por sinal, com uma faceta risonha. Parece que em Moçambique, para onde legislou, o indígena gosava de um privilégio que aos naturais da Europa só foi lícito desfrutar no principado de Mônaco: o de praticamente não pagar impostos. Não podendo transferir a roleta para Lourenço Marques, Vilhena acabou com o paraíso fiscal no sertão.

O gabinete de Sampaio mal durou, como dissemos, oito meses. Uma maioria regeneradora maciça, trazida pelas novas eleições, já permitia a Fontes de regressar ao poder. Sampaio voltou alegremente à sua casa, ao seu jornal e às suas leituras. No novo ministério de Fontes, continuou a haver um lugar para Vilhena. Mas não foi o Ultramar, foi a Justiça. Maneira clássica de formar governos. Maneira detestável para governar.

Já vamos ver o que Vilhena fez na Justiça. Mas para se não perder o fio da meada é preferível reportar-nos ao seu regresso à pasta das Colónias.

Quando o ministro de 81 voltou, por duas vezes quase seguidas, a gerir o Ultramar, tinham passado perto de dez anos, e chegara a tormenta. Basta ver as datas. Da primeira vez, entrou

no ministério recomposto de António de Serpa, em Abril de 1890 — quer dizer, quatro meses depois do Ultimatum. Da segunda, fez parte do governo reorganizado por João Crisóstomo, em Maio de 1891 — quer dizer, alguns dias antes do segundo tratado com a Inglaterra. Foram duas gerências movimentadas e curtas, próprias do tempo; uma durou seis meses, a outra menos de oito, e entre ambas houve um intervalo de pouco mais de um semestre.

Se em 81 a dificuldade era de prever, em 90 e 91 as dificuldades eram outras.

Em 90, por exemplo, o tratado a negociar com a Inglaterra trazia tudo em suspenso.

Mas Vilhena, embora seu participante activo, de novo irmanado com Hintze, ministro dos estrangeiros — não limitou a quota de trabalho a essa diplomacia capital mas demorada.

Desse seu primeiro regresso à pasta do Ultramar ficaram duas leis à medida do autor. Uma foi a do caminho de ferro de Mossamedes para a Huila, ou seja a ligação do planalto com o mar. A outra foi a da navegação para as colónias, ou seja a ligação das possessões com a metrópole assegurada por carreiras regulares de navios portugueses de grande tonelagem. Simplesmente, quando ia a firmar o contrato para o estabelecimento dessas carreiras, já o governo, segundo os usos do reino, tinha caído, e o ministro demissionário, legalista extreme, não quis usar a autorização da lei. Ficámos, pois, sem barcos. Precalço corrente. Parece que ainda há um largo em Lisboa destinado a ver os navios dessa espécie.

Em 90, porém, na parta das Colónias, não houve só que negociar ou que ver longe. Houve que escrever de urgência uma página da história. No Bié tropas nossas tinham sido destroçadas e o sertanejo Silva Porto morrera de modo inesquecível. Seis meses depois do desastre a expedição chegava ao seu destino — e com o dôbro do que lhe pediam, porque o organizador, como paisano, achava tudo pouco. O resto foi com os nossos soldados. Destronou-se o soba, submeteram-se os rebeldes, ficou aberto o caminho do Bié, voltou o cadáver de Silva Porto para atravessar as ruas de Lisboa. Em suma, apagara-se totalmente a afronta. Artur de Paiva e Paiva Couceiro haviam-se irmanado num feito

memorável? Pode dizer-se que o ministro participou, em larga medida, da Vitória.

Quando, em Maio de 1891, Vilhena assumiu pela terceira e última vez a gerência do Ultramar, tinham passado menos de sete meses sobre a sua saída. No intervalo governou João Crisóstomo, e houve o «31 de Janeiro». Mas o general, a meio do seu caminho, conseguiu fazer um segundo ministério, e foi para esse precisamente que Vilhena entrou. O tempo não melhorara. Ao rescaldo do Ultimatum juntou-se o rescaldo da revolução falhada. Era visível que a nova equipe não duraria, como não durou.

O ministro das Colónias trabalhou, porém, como se tivesse o tempo a seu favor. Execução do tratado com a Inglaterra e do acordado em Bruxelas sobre o Congo; instantes exigências de fomento; primeiras dificuldades das companhias majestáticas — eis o que estava sobre a mesa quando voltou ao seu ministério. Pesados encargos e carregado horário de trabalho. Mas duas vezes as horas sobrantes deixaram transparecer, no ministro, a sua elevação habitual. Quando reorganizou a província de Moçambique, criando o Estado da África Oriental; reforma sem seguimento, mas ossatura articulada. E quando expôs ao rei a evolução do Império até o tratado com a Inglaterra: primeiro tinha sido a lança em África, depois a maré alta dos relatórios, o tempo chegara de abrir as colónias ao dinheiro. Não sei, a mais de cinquenta anos de distância, se já lá chegou todo o dinheiro preciso. Sei que os relatórios continuam, não direi sempre a florir, mas a medrar. E quanto a lanças em África, depressa teriam de acorrer as de Mousinho e da sua gente.

*

Vilhena não ficou inactivo no decénio que mediou entre a primeira e as últimas gerências da pasta do Ultramar: quer dizer, entre 81 e 90.

Já sabemos que, em 81, quando Fontes sucedeu a Sampaio, não conservou Vilhena no Ultramar. Deu-lhe a Justiça. Gostaríamos mais de o ter visto continuar com as Colónias. Ninguém dirá contudo que o jurista não ficou na sua casa.

Nos dois anos que foi ministro da Justiça, passaram à lenda os seus dissídios com o alto clero, na aprumada defesa da supremacia do poder civil. Primeiro, com o arcebispo de Braga, por causa da redução das dioceses, o que levou à renúncia do prelado. Depois, numa guerra de guerrilhas, com o famoso núncio Mazela, a quem Junqueiro deu foros de monstro da Apocalipse, mas que o ministro reduziu às proporções humanas de um teimoso de força, com o fraco perdoável num italiano de supor que tinha uma bonita voz de barítono. No entanto, deu que fazer. Contos largos. Da contenda, por sinal, nasceu a invenção do cardeal Neto, patriarca de Lisboa. O seu inventor teve até mais tarde de acalmar a Rainha Maria Pia, por o cardeal haver declarado que a alma de D. Luís estava no Purgatório. Excelente notícia, pelo contrário, diz muito a sério Vilhena; esta informação oficial permite organizar as súplicas para o tirarem de lá. A primeira a sorrir foi a Rainha... Nem sempre, porém, o ministro dos cultos esteve em desacôrdo com os bispos. Quando o bispo de Angra julgou descobrir um inocente num condenado por homicídio, apelou para o ministro — e não apelou em vão. Este mexeu céus e terra para apurar a verdade. Foi, em pessoa, ao Limoeiro — interrogar o preso. E como parte do governo lhe parecesse renitente, convenceu primeiro o rei para arrancar o perdão ao Conselho.

Pode dizer-se que até aqui o ministro da Justiça só nos deixou reconhecer certas altas virtudes do seu espírito. O verdadeiro Julio de Vilhena, no seu complexo de superioridade, reapareceu quando apresentou ao sair, formulada em seis projectos de lei uma solução para seis grandes questões da sua pasta: dotação do clero, registo civil, assistência judiciária, prisão sem culpa formada, abolição das penas perpétuas, e em lembrança do que lhe custara a arrancar um perdão, revisão das sentenças criminais. Os dois primeiros diplomas, tendentes a dignificar o clero com a supressão do pé de altar e a organizar o registo civil tendo por oficiais os professores de instrução primária — acusavam um sentido moderado, realista e moderno. Nos restantes quatro projectos está o sentido humanitário. Dois outros ministros mais felizes tiveram a honra de passar ao «Diário do Governo» dois destes nobres propósitos de Vilhena: José de Alpoim, que fez

promulgar a assistência judiciária; António de Azevedo, que instituiu a revisão das sentenças judiciais. De resto, só passados quarenta anos, e já na República, Afonso Costa organizou o registo civil. Já repararam como Vilhena andava, em geral, adiante do seu tempo? Falta dizer que até sair do governo esteve ligado a outro projecto de grande tomo, a reforma da Carta. Quando Fontes leu à Câmara o seu relatório e cessaram os aplausos despertados por essa leitura, o presidente do Conselho acrescentou: «a glória de ter escrito o que eu li pertence ao Sr. Ministro da Justiça». Quando em 1885 a reforma se votou, Vilhena já não era ministro, havia dois anos. Mas do seu lugar da Câmara ponde, por sua vez, dizer, no momento que precedeu a votação: «As nossas quatro eras constitucionais são representadas cada uma por um homem que traz a marca do tempo: em 22 um académico, Fernandes Tomás; em 38 um ingénuo, Passos Manuel; em 52 um hábil, Rodrigo; em 85 um realista, Fontes». Vilhena pagou assim no mesmo lugar a sua dívida. Mas Fontes, que ainda governou até 86, não perdeu um ensejo de distinguir o seu partidário. Fê-lo, nesses últimos anos, secretário geral do ministério do Reino e, depois, juiz do Supremo Tribunal Administrativo. Passou também de deputado a par do reino electivo.

Com a subida ao poder dos progressistas, em 86, passaram os regeneradores para a opposição. Lá se reencontrou a velha trindade — Hintze, Vilhena e Lopo — reforçada agora por João Franco e João Arroio. Do antigo ministro da marinha corre impromptu, por sinal, um verdadeiro discurso de homem de Estado, um discurso à sua maneira, sobre a fazenda ultramarina. Mas desta vez, os progressistas tinham formado um grande ministério. Durante essa gerência — Navarro fez a sua obra, Barros Gomes o mapa cor-de-rosa, morreu Fontes, sucedeu-lhe António de Serpa, nasceu e findou a Esquerda Dinástica, mudou o próprio reinado. O gabinete durou quatro anos. E para cair, em 90, ainda foi preciso o Ultimatum.

Já conhecemos o papel de Vilhena nos anos críticos de 90 e 91 — em que voltou por duas vezes à pasta das colónias, de onde saíu por fim com o triste advento do chamado ministério de Salvação Pública. O mais estranho do caso — é que nunca

mais foi ministro. Tinha então 47 anos e devia chegar aos 83, em pleno vigor mental.

*

Simplemente...

Quando, em Janeiro de 92, o experimentado homem de governo saiu afinal, para sempre, do poder, os ventos estavam mudando — e os tempos anunciados não pareciam feitos para lhe agradar. Não tanto pela aventura passageira de Oliveira Martins, votada de certeza ao fracasso. Mas pelo que andava no ar — a ideia do engrandecimento do poder real; e pelo que andava na sombra — a intriga que encontrara em Carlos Valbom, Mazarin aos trinta anos, o seu agente diabólico. De momento, aliás, só um trabalhourgia, mudar os comandos. Bastou um ano. Em Janeiro de 93, os regeneradores fizeram cair o ministério. Quando Serpa devia recolher a sucessão, Hintze encontrou-se presidente do Conselho. O próprio rei se associara à manobra.

Compreende-se o retraimento de Vilhena que data de então. Para o doutrinário, a redenção à mercê do redentor era um conceito tão perigoso como simplista. Não sorria à sua formação o intento de ditaduras mascaradas, ou da própria Ditadura, com «D». Outras perspectivas inquietadoras lhe apareciam: a crise de legitimidade na chefia do partido que traria repercussões imprevisíveis; Franco já tomara lugar ao lado de Hintze; seria dentro de pouco a diarquia, enquanto não fosse a dissidência e não fosse pior; desde que no tabuleiro a pedra real se mexia ou lhe mexiam, poderia jogar-se um dia a jogada suprema, o cheque ao rei. E depois porque não dizê-lo, se êle próprio o disse? Vilhena não aceitaria a chefia de Hintze. «A situação particular entre ambos, que criara a igualdade, excluía o predomínio de um sobre o outro». Sentimento talvez não isento de pecado, mas com humanas atenuantes.

Enquanto Hintze Ribeiro, de 93 a 907 foi uma figura primordial da política portuguesa, pouco há que dizer, politicamente, de Júlio de Vilhena. Começou recusando a sua colaboração no novo governo. Só houve um momento em que pareceu querer voltar ao combate. Foi pouco depois, quando em fins de

93, com a saída de Bernardino Machado e de Augusto Fuschini, o ministério fez rumo ao seu verdadeiro destino, a pretensa maneira forte, pano de fundo dos acontecimentos, e que devia levar, num futuro próximo, à ditadura de 95 e ao «Solar dos Barrigas», o de S. Bento e o de D. João da Câmara. Vilhena reapareceu então como director de um jornal político para defender as ideias tradicionais do partido. Vários predicados seus acudiram, por sinal, ao articulista. Fé liberal para dissertar sobre liberdade de imprensa e liberdades municipais. Vistas largas para sorrir de estreitezas de vista. Experiência do governo para versar concretos problemas de administração. Cultura geral para a variedade dos seus temas. E gostos de artista para escrever bem. Seria curioso, em comemoração centenária, reunir em volume essa prosa dispersa que nos daria um «Vilhena jornalista» desconhecido e... inesperado.

Mas decididamente aquela não era a hora de combate para o jornalista efémero. Muita coisa estava morrendo, aos poucos, em sua volta. Na proximidade dos cinquenta anos, o político sentia-se um isolado: com o grande ar aliás de um nobre senhor no seu voluntário exílio. Hintze, de resto, seguindo o exemplo de Fontes, honra lhe seja, foi conferindo ao antigo servidor do partido, seu camada de estudos, dignidades sucessivas: o patriato, o conselho de Estado, o governo do Banco de Portugal, dignidades maiores porque só podiam vir com os cabelos brancos.

Vilhena entendia, e bem, que o governo do Banco Emissor só com isenção política se poderia exercer. Não exercia o Banco, por delegação, uma função soberana? Como seu governador devia lealdade igual a todos os governos. Actos notórios o atestaram: deles tenho notícia por testemunhos qualificados; não os cito para não me alongar. No sadio equilíbrio desta sorte reencontrado, a sua linha de conduta política ficou implicitamente definida. Só intervir em grandes causas ou em grandes momentos, e mesmo assim para reafirmar os seus princípios. Nada surgiria, pois, que se não conhecesse já. Assim o fez, na defesa dos índios submetidos, em que reapareceu o seu espírito humanitário. Na presidência da Liga Naval e do Congresso Marítimo, ressuscitaram os seus velhos zelos pela marinha mercante.

Só de longe em longe, o vício político, de que ninguém se cura, veio à superfície. Em 1902, por exemplo, quando se discutiu o Convénio, Vilhena manteve uma perfeita isenção política, mas para distribuir por igual os seus doestos aos partidos rotativos. Verdade seja que então, e uma só vez na vida, preconizou uma ditadura. Mas descancem em paz as cinzas do seu liberalismo. Era uma ditadura como não sei se as pode haver, com todas as liberdades. Só quando João Franco veio ao poder, o governador do Banco de Portugal voltou à baila. Hintze pediu-lhe para vir em sua ajuda. Foi a última vez que trabalharam juntos. Deixando aos do partido a sua guerra, Vilhena conciliaria a não beligerância, resultante do cargo, com a defesa dos princípios a que sempre obedecera. Assim o prometeu, assim o fez. Ficou nos anais parlamentares o seu discurso sobre a lei de imprensa. Simplesmente, desta vez, a linha traçada parecia mais difícil de manter. Hintze talvez contasse mesmo com que o feitio agressivo de Franco levasse o não beligerante para a beligerância. Assim aconteceu. Mas antes disso ainda passou um ano, e três grandes acontecimentos se encadearam para que tal sucedesse: o encerramento das Câmaras, a Ditadura e a morte de Hintze Ribeiro.



Acaba aqui o meu relato sobre a vida política de Júlio de Vilhena. Pode parecer estranho que essa narrativa se interrompa justamente quando, por morte de Hintze, o sobranceiro e sobrevivente ministro de D. Luís foi eleito chefe do partido, e se converteu, por sua vez, em figura central da política portuguesa. Mas nada resultou desse lance supremo. O chefe de partido nunca logrou ser chefe de governo. A monarquia morrera com o rei. Não sei se Vilhena julgou que, ao alvorecer do novo reinado, D. Pedro V se tornara a sentar no trono. Depressa se desiludiu. Aquilo não era a hora de ninguém. Muito menos a sua. O chefe regenerador ficava a uma distância excessiva dos homens com quem tinha de lidar. Diz êle mesmo, ao pensar na gente com que primeiro se encontrara: «Como era sublime a geração daquele tempo, e que contraste faz com aquela a que o destino me ligou nos últimos anos da minha vida política». Há

um dó infinito nestas palavras melancólicas. Vilhena, ao menos, salvou o aprumo nessa aventura. Quando o elegeram chefe de partido, renunciou ao governo do Banco. Defendeu assim, de ambos os lados, o da comodidade como o do sacrifício, a incompatibilidade entre as duas situações. E quando viu que não tinha nada a fazer, não o reteve qualquer outra ambição, foi-se embora. Prefiro nada acrescentar, porque o mais foram três anos de sofrimento passado em vão. E esse «mais» está demasiadamente perto. Escalda.

Só quero lembrar, nesses anos calamitosos, porque no restante não tomarei partido, que à sua isenção em matéria de dinheiro se aliou a fidelidade às suas convicções: Vilhena foi defendendo os seus princípios. Ninguém os entenderia talvez em volta. Por isso lhe chamaram ou poeta ou filósofo. Nobres apelidos. Para filósofo, não lhe faltava nem aptidão, nem cultura. Poeta, digo-o (porque o inesperado ou o esquecido foram sempre do gosto acadêmico) sei também de versos seus. Uns de 66, inflamados ousios com o sabor lírico da época: podia te-los mostrado ao seu amigo Tomás Ribeiro. Outros, de quando se doutorou, dedicados ao seu condiscípulo Augusto Mendes Simões de Castro, sábio bibliotecário da Universidade e a alma talvez melhor que encontrei até hoje. Sei por sinal de um requerimento de Simões de Castro que lhe dá lugar entre os iluminados do planeta. Como acumulasse, com o cargo da Biblioteca, um modesto emprego nos correios e achasse poucas as vigílias que votava ao seu segundo ofício, pediu em papel selado para receber um vencimento menor. Decididamente, Júlio de Vilhena sabia a quem endereçar os seus versos: depois de uma mulher e, ao que se infere, uma mulher bonita, escolheu um santo. Tenho notícia de uma terceira produção poética sua. Escreveu-a perto dos setenta anos, e desta vez pensou na família. Foi um auto lido, em casa, no aniversário de um dos seus. As musas, pelo visto, não o haviam abandonado.

*

Faltaria falar do rescaldo da sua vida política. Refiro-me às polémicas que se viu obrigado a sustentar quando, depois de

caída a monarquia, o importunaram no sereno recolhimento de sua casa. Estranho capricho do destino. O polemista, inato em Vilhena, só apareceu, aqui e além, ao longo da sua movimentada existência. Foi preciso que se retirasse da vida pública para escrever o grosso das suas polémicas.

Quatro vezes, com efeito, se viu forçado a voltar ao combate — entre os setenta e os oitenta anos.

A primeira vez, quando publicaram os «Documentos encontrados nos Palácios Reais». O político ferido respondeu com os dois volumes de memórias do seu «Antes da República». O primeiro volume historia o que se passou até 1907; dele me servi abundantemente; os dois volumes formam um conjunto de mais de 900 páginas.

A segunda ofensiva proveio do livro póstumo de Teixeira de Sousa. Penosamente embora, o atingido julgou que lhe devia uma réplica. É o volume suplementar do «Antes da República».

Da terceira vez, teve de responder a Moreira de Almeida.

Finalmente, encontrou-se envolvido numa discussão acesa com o Dr. Chaves e Castro.

Numa passagem feliz das «Raças históricas», Vilhena fixa as qualidades do polemista. Depois de reclamar a clareza e a sequência, para conduzir ao convencimento, acrescenta: o verdadeiro polemista ataca de preferência um simples trecho do adversário; e o que lhe estimula a inteligência não é o desejo de interpretar esse trecho, mas a ânsia de derrubar o antagonista que pretendeu feri-lo no íntimo das suas convicções.

Pode dizer-se, em seu abono, que Vilhena obedeceu a este modelo: sabia discutir, e não era um adversário cómodo.

Simplesmente, quarenta anos depois do seu memorável encontro com Oliveira Martins e Teófilo Braga, a miséria dos tempos novos reflectira-se sem piedade sobre o objecto da contenda. O esgrimista podia à vontade ser o mesmo. Mas se não fosse o memorialista que traçou, de mistura, um quadro vivo da sua época — tudo o mais seria tempo perdido. Faz pena, com efeito, vê-lo defender-se, mesmo com brilho, contra as verdadeiras infantilidades ou impertinências de que levantaram a memória e o pó. Porque mal o deixaram em paz, escreveu o «D. Pedro V».

Admiro, no entanto, a relativa serenidade com que conseguiu responder aos mais violentos.

Tenho para mim que Camilo foi um detestável mestre de polemistas. Os seus discípulos esquecem facilmente que para escrever à «Princesa Ratazzi» não basta a má criação. É preciso o génio.

*

MINHAS SENHORAS,
MEUS SENHORES :

Disse-me, há anos, um estudante que nesse dia acabara o liceu — provir a sua transbordante alegria de ter podido rasgar, com delícia, os compêndios de latim. Não sei se Horácio; Virgílio, pelo menos, figurava entre os destroços.

Esse rapaz era, sem dúvida, já — um legítimo representante do seu tempo. Lia livros policiais e manuais mecânicos. Ao meu primeiro sinal de estranheza, olhou para mim como olharia para a velha Roma : com divertido pasmo. Pode apenas perguntar-se ao médico, em que já se converteu, e por menos erradio que haja sido o seu receituário, se do humanismo nada ainda lhe fez falta, nem mesmo o imponderável, para o satisfatório exercício da profissão.

Vilhena é, precisamente, um exemplar qualificado para a réplica que a sua geração ficou opondo a esta formação mental. Como os melhores da passada centúria, ao sair da escola, não queimou os livros de latim, fez-se latinista. E um dia, a meio da vida, em plena batalha política, chegou a preparar material para um trabalho sobre os «plágios de Homero, Virgílio e Camões». Faltava esta indicação para tornar a medir a estatura da personalidade... e da sua era.

Pergunto, por minha vez.

Quando fariam mais falta — os homens daquela formação : então ? ou agora ?

Prevejo a fácil objecção dos mais impacientes.

Seriam os homens de então — agora, simplesmente possí-

veis? O ritmo de hoje não exclui qualquer formação morosa? Que outro destino pode ter o mundo além de ser equipado? E que outros homens o podem apetrechar, além dos técnicos? Os humanistas? Desertaram a tempo. O tempo mal chega para se aprofundar o mister.

A questão prévia, desta sorte, resolveria a questão.

Mas outras questões acodem, insistentes e pressurosas.

São de formação necessariamente demorada na inteligência, na coração e no carácter do homem — a moderação, a tolerância, o sentido prático, a maleabilidade, o sentido das proporções, o hábito de reflectir, a precisão nas ideias e nas palavras. Todos esses predicados são virtudes do espírito clássico, herdadas da alma latina. Fizeram, pelo tempo fora, a beleza literária, como o segredo e a arte do mando. Em nenhuma outra edificação do labor humano ofereceram jàmais igual substância, volume, fachada, conjunto, sugestão ou poder. Século após século, vieram formando gerações no seu enredado seguimento. Laboração vagarosa? Em cada um de nós nada pode amadurecer mais depressa do que o permite a evolução natural.

A questão desloca-se, portanto, com as palavras mudadas, para repetir a pergunta.

Quando seria mais precioso aquele equilíbrio de dons?

Nos tempos fáceis de antanho?

Nos tempos árduos de agora?

Porque não basta *andar* depressa.

Há que *resolver* sem atrazo.

E aí — o homem não pode ceder o lugar ao motor.

A questão assume deste modo a sua acuidade final.

Onde estarão, no instante crítico, as probabilidades de uma decisão menos falível?

Nos que, retalhada a carta do saber, se confinaram na exclusiva zona profissional, como seus informadores encartados?

Ou nos que sempre entenderam que, para além dessas fronteiras, a vida ainda tinha uma palavra a dizer?

Na educação técnica?

Ou na construção humanista?

Este é o problema actual que levanta, na sua comemoração centenária, o caso típico de Júlio de Vilhena.

Porque, servido embora (e de que maneira!) pelo talento — Vilhena é o exemplo clássico do que pode, para ilustrar uma das teses, a sua respectiva formação mental.

E não sei se por outras vias se atinge, quer a mesma altitude, quer o mesmo esplendor.